

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL NAS PRISÕES BRASILEIRAS: UMA INICIATIVA
PARA EVITAR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL**

ANA MARÍA NIÑO ARDILA

SÃO PAULO

2019

Introdução	5
O direito ao trabalho, peça fundamental da reinserção	8
Realidade e desafios em matéria de reintegração de detentos na política prisional no Brasil	11
Modelo de empreendedorismo social como alternativa para a ressocialização dos detentos	17
Conclusão e recomendações	25
Referências	27

Resumo

De acordo com as justificativas do crescente nível de encarceramento no Brasil e a região, confinar criminais em presídios evita situações de perigo para a sociedade e reduz o índice de reincidência. Porém, só o fato de encarceramento dos infratores não garante a ressocialização dos detentos. Este artigo exhibe, através de uma análise documental e de Benchmarking, a forma em que a superlotação e a ausência de condições humanitárias mínimas nos presídios constitui um fator agravante do processo de ressocialização dos detentos e; de outro lado, mostra a existência de processos de inovação, no contexto carcerário, que favorecem a transformação dos detentos através de programas de formação profissional para fomentar negócios ou empreendedorismos sociais ao interior de prisões e correccionais, em parceria com a empresa privada, a sociedade civil, o terceiro setor, entre outros. O presente artigo tem a intenção de dar visibilidade às práticas de empreendedorismo social que vêm sendo implementadas nos presídios ao redor do mundo, com o intuito de serem adotadas no Brasil.

Palavras chave

Empreendedorismo social; políticas públicas prisionais; ressocialização; reincidência criminal.

Abstract

According to the justifications for the increasing level of incarceration in Brazil and the region, confining criminals in prisons avoids situations of danger to society and reduces the recidivism rate. However, just imprisoning offenders does not guarantee the re-socialization of detainees. Through a documentary and benchmarking analysis, this article shows how overcrowding and the absence of minimum humanitarian conditions in prisons are an aggravating factor in the process of re-socialization of detainees and; on the other hand, it shows the existence of innovation processes, in the prison context, which favor the transformation of detainees through vocational training programs to foster business or social entrepreneurship within prisons and corrections, in partnership with the private company, society. third sector, among others. This article intends to give visibility to the social entrepreneurship practices that are being implemented in prisons around the world, with the intention of being adopted in Brazil.

Keywords

Social entrepreneurship; prison public policies; resocialization; criminal recidivism.

Introdução

O presente artigo oferece um ponto de partida para o diálogo sobre a criação de iniciativas inovadoras de luta contra a reincidência criminal, como uma forma de atingir alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, como sociedade, devemos implementar. Através de uma análise documental e de *Benchmarking*, entende-se (i) os principais objetivos da aplicação da pena; (ii) a forma em que a superlotação e a ausência de condições humanitárias mínimas nos presídios é a responsável por agravar o processo de ressocialização dos detentos e; (iii) como a possibilidade de vincular a empresa privada, a sociedade civil, o terceiro setor, entre outros, pode contribuir para uma melhor reinserção de detentos e egressos na sociedade e, conseqüentemente para a diminuição da taxa de reincidência.

Em 2015, os Estados membros das Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Dita agenda reconhece como desafio global prioritário a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões e o coloca como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. No processo de concepção dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015, predominou o interesse em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões, isto é, econômica, social e ambiental, no mundo inteiro, dando continuidade aos avanços dos passados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para atingir suas metas inacabadas¹.

Desde então até 2030 o propósito multidimensional consiste em acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; combater as desigualdades dentro e entre os países; proteger os direitos humanos, dentre os objetivos mais importantes para o presente artigo. Vê-se como objetivo, também, criar condições para um crescimento econômico e socialmente sustentável, inclusivo, de prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais².

¹ ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

² PNUD. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe (2016). Disponível em: <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human_development/informe-regional-sobre-desarrollo-humano-para-america-latina-y-e.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

A política prisional guarda estrita correlação com as preocupações e objetivos da mencionada agenda, entendendo esta como a função do Estado de garantir a segurança pública, a justiça e zelar por uma sociedade pacífica. Para além do respeito aos direitos humanos e o fim último de reintegração social e econômica dos detentos, a política prisional refere-se juntamente aos esforços que visam promover o bem-estar para todos, a erradicação da pobreza, a construção de uma sociedade justa, inclusiva e pacífica, tornar as cidades inclusivas e sustentáveis, garantir o acesso a justiça, reduzir a desigualdade e construir instituições eficazes, o que abarca a maioria dos objetivos pós-2015. Certamente, dita política tem uma integração muito ampla com políticas públicas e sociais além do campo carcerário.

Diante da crise de superlotação carcerária no Brasil e seus consequentes fenômenos de violação de direitos humanos, as prisões são convertidas em ambientes propícios para a violência, razão pela qual mostram-se ineficazes em atingir um dos princípios incipientes da pena: evitar a reincidência criminal. Prisões e correccionais não só no Brasil quanto na região e vários outros países do globo, estão enfrentando complexos desafios em termos de escassez orçamentária, superlotação, impunidade, saúde mental e física dos detentos, novos tipos de violência dentro e fora das prisões e consequentemente altos níveis de reincidência. Busca-se com este artigo incentivar a discussão sobre novas formas de reduzir a reincidência, reintegrar os ex-detentos, ao mesmo tempo que melhorar as condições de vida daqueles que ainda permanecem privados de sua liberdade.

Inúmeros estudos, assim como as cifras de reincidência, apontam que as prisões não estão sendo efetivas e, contrariamente, instituem-se como ninhos de novas organizações criminosas³. Paradoxalmente e desatendendo os reduzidos orçamentos dos penitenciários, na maioria dos países da América observa-se uma tendência ao crescimento desmedido dos níveis de encarceramento, traçando-se paralelamente a superlotação das prisões, situação que reduz o potencial de reformar os criminosos, aumentando o risco de reincidência.

³ CAMPOS, Lidiany Mendes; SANTOS, Nivaldo dos. O crime organizado e as prisões no Brasil. Congresso Nacional do CONPEDI: Fortaleza – CE, 2007. Anais do / XIV Congresso Nacional do CONPEDI. – Florianópolis, p. 489-490. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/O%20Crime%20Organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil\(1\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/O%20Crime%20Organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil(1).pdf). Acesso em 1 de novembro de 2019.

Isto posto, constitui-se como objetivo do presente artigo dar visibilidade à necessidade de trazer à prática novas maneiras de realizar uma transformação no processo de reinserção dos detentos na sociedade e impõe-se, premeentimente, a obrigação de que ditas soluções sejam implementadas no tempo de cumprimento da pena no regime fechado.

A idéia de fomentar negócios ou empreendedorismos sociais ao interior de prisões e correccionais, como apenas uma das possíveis iniciativas inovadoras, não nasce neste artigo, pelo contrário, vem se implementando nos últimos anos em alguns países da região, nos Estados Unidos, e na Europa, de diferentes formas como será exposto mais adiante no presente trabalho. A título de exemplo, organizações como a CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) mostram-se ativas no impulso de programas relacionados com o investimento em empreendedorismo social nos presídios da América Latina, especificamente na Colômbia, Bolívia, Chile, Paraguai e Perú.

O empreendedorismo inclusivo nas prisões incorpora esse fragmento populacional na cadeia de valor dos microempreendimentos, promovendo a redução da pobreza, a reinserção social, a prevenção do crime, a segurança pública e o direito ao trabalho, consagrado constitucionalmente para os presidiários. Isto, contribuindo para uma sociedade justa, igualitária, sustentável e pacífica; hoje em dia tão em voga nas reclamações sociais. Para mais, este modelo reconhece a importância da convergência dos diferentes setores da sociedade, quer dizer, a empresa privada, a cidadania, o terceiro setor e as organizações governamentais, na participação da construção de uma solução inclusiva para a reintegração social e econômica dos detentos.

O direito ao trabalho, peça fundamental da reinserção

O direito ao trabalho apresenta-se na temática de estudo como um paradigma desde duas perspectivas. Levando em conta as condições socioeconômicas das pessoas privadas da sua liberdade, pode-se notar a falta de emprego formal como causa das condutas violentas e, simultaneamente, como o grande desafio de cara à liberdade no final da pena. Dar visibilidade no Brasil a esta problemática e às inovadoras soluções que se apresentam no campo internacional é precisamente o propósito do presente artigo.

O trabalho é chave para a integração social, ou seja, para manter as pessoas vinculadas dentro da sociedade, pois a desintegração de uma ou várias pessoas resulta em riscos sociais problemáticos como a violência e a criminalidade. De fato, quando a estrutura social é a causa que dificulta a sobrevivência por meios legítimos, aumenta a probabilidade de ter que usar meios ilegítimos para manter condições de vida mínimas⁴. A falta de emprego formal ou de geração de renda são indiscutivelmente razões para violentar a lei. Em sequência, se os ex-detentos foram liberados sem garantias mínimas de empregabilidade, os números de reincidência criminal seguirão crescendo exponencialmente.

No Brasil, no tocante às possibilidades de trabalho dos privados da liberdade, vemos por exemplo que, malgrado o fracasso de programas como *Começar de Novo* (2009)⁵ em adotar ações para a criação de vagas de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos, egressos e adolescentes em conflito com a lei, de modo a concretizar ações de cidadania e promover a redução da reincidência criminal; diminuir os índices de reincidência criminal mediante o ênfase

⁴ IES. SILES, Catalina. Prólogo. Los Invisibles. Por qué la pobreza y la exclusión social dejaron de ser prioridad? (2016). Disponível em: < <https://www.ieschile.cl/wp-content/uploads/2015/10/Los-invisibles.prologo.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

⁵ No Programa Começar de Novo (2009), não teriam sido criados indicadores quantitativos e qualitativos de suas ações, razão pela qual não existe evidência dos resultados do programa e se faz impossível a continuidade da iniciativa: “É dizer, o projeto não tinha, ao menos com as configurações como foi concebido, potencial para alavancar uma política realmente inclusiva, no que concerne aos direitos básicos, tanto dos egressos quanto de pré-egressos, mostrando-se insuficiente para resolver ou minimizar a questão da reinserção ou inclusão social de forma multidisciplinar, como ela deve ser encarada”. CNJ. Relatório de Gestão - Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – de 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.ius.br/wp-content/uploads/2018/10/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em 17 de novembro de 2019.

na geração emprego e capacitação profissional continua sendo ponto transversal na política prisional.

É claro que o trabalho e a renda são reconhecidos pelos acadêmicos como um dos vértices a produzir efeitos na arena da ressocialização, embora não possa ser visto como instrumento capaz, isoladamente, de garantir condições de integração deste grupo de cidadãos. Assim sendo, o objetivo de gerar oportunidades e capacidades de ocupação dos detentos coloca-se como uma tarefa iminente, porém desafiadora no marco da reinserção e da construção de cidades e países justos, em paz, igualitários e protetores dos direitos humanos de todos seus cidadãos.

Contudo, é preciso olhar para além do que significa o trabalho para os egressos e otorgar relevância ao assunto, ainda durante o cumprimento da pena, que é o tempo no qual o detento aprende a importância da produtividade, da geração de renda lícita, da poupança e da profissionalização. O emprego, seja ele anterior ou posterior à liberação, oferece estabilidade econômica e permite às instituições penitenciárias identificar um compromisso dos detentos ou egressos com as atividades próprias da economia convencional ao invés de ocupar seu tempo livre em ações criminosas⁶. Garantir uma reintegração bem-sucedida depende, em grande medida, de que o emprego ou a atividade de geração de renda seja sustentável e de qualidade e que os egressos estejam preparados para assumir as tarefas de tais empregos.

Reconhece-se, acadêmica e estatisticamente, a probabilidade de vários fatores individuais e contextuais influenciar a capacidade dos egressos, não só na busca de emprego quanto para mantê-lo, após o encarceramento. Tais fatores respondem a distintas naturezas incluindo características demográficas, preparação no presídio para navegar no mercado de trabalho, fatores de risco pessoais, discriminação, dentre outros. Para mais, a educação dos ex-detentos, assim como sua experiência prévia, agem como principais preditores do seu sucesso no mercado de trabalho após sua liberação, pois esses indicadores são critérios

⁶ Visher, Christy A., Debus-Sherrill, Sara A. and Yahner, Jennifer (2010) 'Employment After Prison: A Longitudinal Study of Former Prisoners', *Justice Quarterly*, First published on: 10 December 2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07418825.2010.535553>>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

relevantes para empregadores que procuram trabalhadores preparados, comprometidos e confiáveis⁷.

Além de fortalecer programas de capacitação e profissionalização, é preciso replicar nos programas condições similares às condições de emprego as quais os presos teriam de se submeter no mercado de trabalho: criar nos detentos responsabilidades, convertê-los em empregados ou empresários, ensina-lhes a importância de gerenciar os orçamentos, etc., de modo que, já em liberdade, ex-infratores atinjam as principais exigências da empregabilidade e tenham mudado as atitudes pessoais em relação a si próprio e ao trabalho, pois estas também podem afetar as perspectivas de emprego dos detentos. Tal experiência será sua carta de entrada para o primeiro emprego após detenção⁸, pois os empregadores verão essa participação como um esforço para desistir da criminalidade e como evidência de motivação.

⁷ Idem.

⁸ S.D. Bushway, R. Apel. **A signaling perspective on employment-based reentry programming**. *Criminology and Public Policy* (2012). Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2012.00786.x>>. Acesso em: 16 de novembro de 2019.

Realidade e desafios em matéria de reintegração de detentos na política prisional no Brasil

A questão carcerária no Brasil tem sido foco de discussão e preocupação nos debates sobre direitos humanos, política criminal, segurança pública, etc. No que tange aos direitos humanos nas prisões do Brasil, a situação foi examinada no processo de Revisão Periódica Universal da ONU, após a qual o Brasil recebeu recomendações relacionadas à tortura e às condições degradantes nas prisões, dentre outros aspectos⁹.

Ainda, segundo informe da Organização Anistia Internacional, *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2017/2018*, o sistema prisional apresenta superlotação e os presos seriam confinados em condições degradantes e desumanas¹⁰. Para reforçar tais informações, o Relatório Sistema Prisional em Números¹¹, as instituições carcerárias no Brasil mostram cifras de superlotação de altíssima relevância: a taxa de ocupação é equivalente a 169,25% até o primeiro trimestre de 2019, superando em 302.654 presos a capacidade dos presídios no nível nacional, como pode apreciar-se na seguinte figura. Segundo informações do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões 2.0, uma parcela considerável dos internos, correspondente a mais de 40% da população total de presos do Brasil estava até 2017 detida provisoriamente.

FIGURA 1. CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DAS PRISÕES NO BRASIL

País	Região	Capacidade	Ocupação	Taxa de Ocupação
BRASIL	CENTRO-OESTE	35.213	72.578	206,11%
	NORDESTE	65.534	117.193	178,83%
	NORTE	33.805	62.156	183,87%
	SUDESTE	236.007	401.408	170,08%
	SUL	66.555	86.463	129,91%
	Total	437.114	739.798	169,25%

Fonte: CNMP. Relatório Sistema Prisional em Números

⁹ ANISTIA INTERNACIONAL. *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2017/2018*. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>

¹⁰ Idem

¹¹ CNMP. Relatório Sistema Prisional em Números. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>

Em 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou um relatório descritivo e analítico correspondente à meta 04, etapa 01 do termo de parceria nº 817052/2015 - Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário - celebrado entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP e o Ministério da Justiça¹². No documento, os pesquisadores já advertem sobre a importância da disposição estrutural das prisões de cara ao crescimento acelerado dos índices de encarceramento, que exigem uma iminente tomada de medidas por parte dos governos para atender a população prisional. Porém, o informe é claro em ressaltar que a criação permanente de novas vagas dentro das prisões tem custos em razão não só de orçamento, mas da sociedade brasileira.

A finalidade de ressocialização da pena guarda direta correlação com as condições oferecidas nos estabelecimentos prisionais. De modo que, se os estabelecimentos prisionais não compõem condições mínimas para garantir as disposições da Constituição e as leis regulatórias do Sistema Prisional Brasileiro, não é possível chegar em soluções reais para a reintegração dos ex-detentos na sociedade nem para a construção de uma sociedade igualitária, justa e pacífica.

A superlotação das cárceres e a consequente violação do artigo 83 da Lei de Execução Penal, por exemplo, que prevê que o estabelecimento penal deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, entre outras, impede a separação dos presos mais perigosos daqueles que cometeram crimes mais leves, assim como também a ocupação e produtividade dos presos em labores que agreguem em seu processo de reintegração e incentiva estruturas de violência e criminalidade.

A respeito, cabe trazer as palavras do ex-Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP), Senhor Dermeval Farias

¹² LIMA, Renato Sérgio de; KAHN, Túlio; BUENO, Olaya Hanashiro Samira; PRÖGLHÖF, Patrícia Nogueira; ASTOLFI, Roberta; SANTOS, Marina dos. Relatório descritivo e analítico com base nos dados e informações do DEPEN, considerando a coleta referente à situação em dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/elaboracao-de-relatorios-semestrais-descritivos-e-analiticos-com-base-nos-dados-e-informacoes-do-depen-etapa-01-relatorio-descritivo-e-analitico-com-base-nos-dados-e-informacoes-do-depen-conside/>

Gomes Filho, quem, na apresentação da Revista A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro, aponta assertivamente que

“Longe de uma aparente contrariedade ou antagonismo, tratar de direitos humanos é justamente ocupar-se dos temas que amparam o reconhecimento da segurança humana como direito socialmente reconhecido e afirmado na ordem constitucional brasileira. Além disso, trata-se de cuidar igualmente para que o sistema de justiça criminal, cuja existência materializa a preocupação última do Estado de monopolizar o uso legítimo da força, não se converta num sistema de violação de direitos. Ao contrário: o sistema de justiça é a fronteira última, embora não única, para a pacificação social.¹³”

Além do mais, a despeito dos mandatos da Constituição Federal do Brasil, o Código Penal e a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal, pelos quais salvaguardar o direito do preso ao trabalho, sua remuneração, e seus benefícios da Previdência Social é dever do Estado e suas instituições, infelizmente, presos e ex-presidiários não tem garantido tal direito e, em consequência, enfrentam déficits educacionais e de trabalho que dificultam a procura de empregos de qualidade uma vez cumprida a sentença. Juntamente, a superlotação e a falta de oportunidades laborais durante a pena podem, como já foi aqui mencionado, trazer consigo oportunidades de violência e formação de organizações criminosas ao interior dos presídios e fora dos mesmos.

Apesar da Lei de Execução Penal Brasileira referir-se ao trabalho como uma atividade de apoio a uma harmônica ressocialização do condenado, constata-se o afastamento da realidade prisional do país a respeito dos mandatos legais. Menos de 15% dos detentos têm acesso ao trabalho nas prisões brasileiras. O trabalho não é considerado hoje no Brasil como instrumento de enfrentamento as vulnerabilidades sociais e econômicas dos presidiários e ressaltar a importância de fazer um chamado a novas alternativas para a produtividade dos presos e sua futura reintegração à sociedade. No intuito de corroborar esta afirmação, parecem valiosas as seguintes informações, com referência ao primeiro trimestre do ano 2019, correspondente à última atualização do Relatório Sistema Prisional em Números¹⁴:

¹³ CNMP. Filho, Dermeval Farias Gomes. Apresentação. Revista A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro. Disponível em:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2018/SISTEMA_PRISIONAL_3.pdf>

¹⁴ CNMP. Relatório Sistema Prisional em Números. Disponível em:

<<https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>>

FIGURA 1. ACESSO AO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO - PRESOS EM TRABALHO INTERNO

Presos em Trabalho externo						
Região	Ocupação total de homens	Número de homens trabalhando	Percentual de homens trabalhando	Ocupação total de mulheres	Número de mulheres trabalhando	Percentual de mulheres trabalhando
CENTRO-OESTE	68.686	2.998	4,36%	3.939	278	7,06%
NORDESTE	117.560	1.488	1,27%	5.808	166	2,86%
NORTE	51.380	2.701	5,26%	3.116	184	5,91%
SUDESTE	375.391	13.314	3,55%	18.429	617	3,35%
SUL	81.518	4.009	4,92%	3.884	207	5,33%
Total general	694.535	24.510	3,53%	35.176	1.452	4,13%

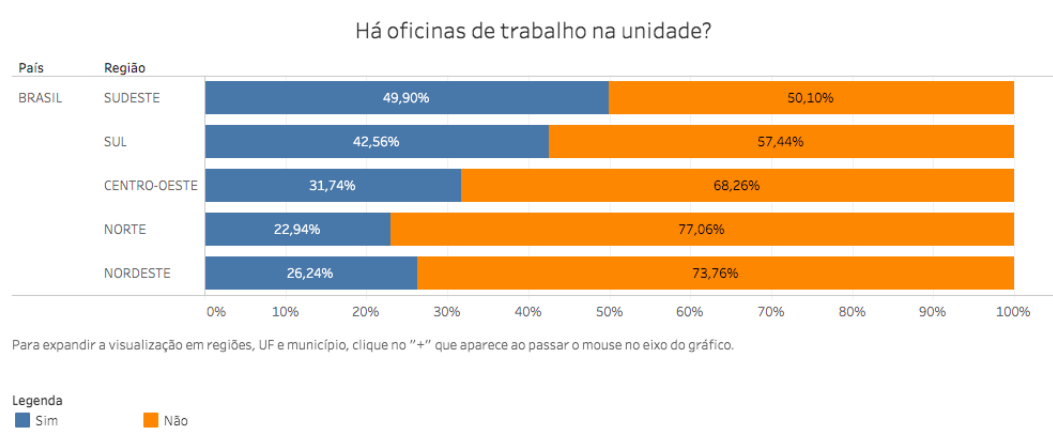
Fonte: CNMP. relatório Sistema Prisional em Números

FIGURA 2. ACESSO AO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO - PRESOS EM TRABALHO EXTERNO

Presos em Trabalho interno						
Região	Ocupação total de homens	Número de homens trabalhando	Percentual de homens trabalhando	Ocupação total de mulheres	Número de mulheres trabalhando	Percentual de mulheres trabalhando
CENTRO-OESTE	68.686	7.660	11,15%	3.939	934	23,71%
NORDESTE	117.560	7.440	6,33%	5.808	691	11,90%
NORTE	51.380	5.656	11,01%	3.116	718	23,04%
SUDESTE	375.391	63.371	16,88%	18.429	5.746	31,18%
SUL	81.518	18.050	22,14%	3.884	1.082	27,86%
Total general	694.535	102.177	14,71%	35.176	9.171	26,07%

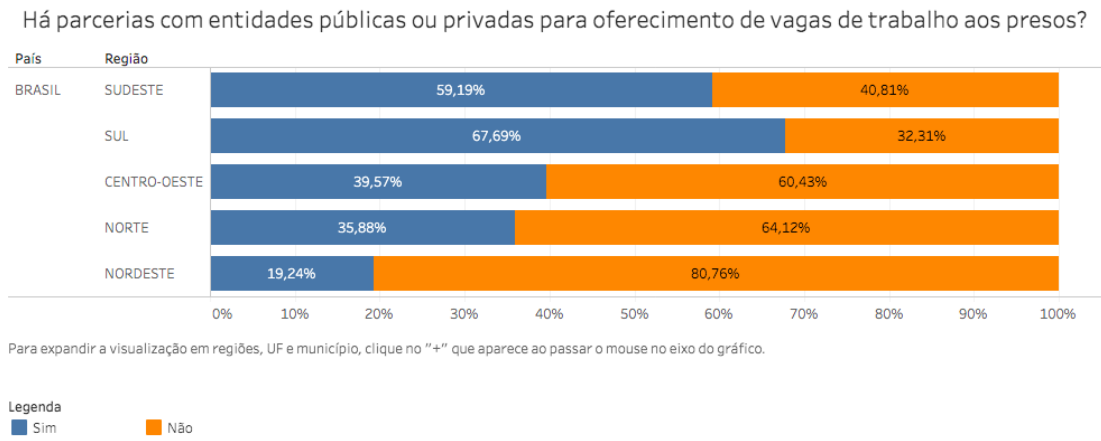
Fonte: CNMP. relatório Sistema Prisional em Números

FIGURA 2. ACESSO AO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO - OFICINAS DE TRABALHO NAS UNIDADES



Fonte: CNMP. relatório Sistema Prisional em Números

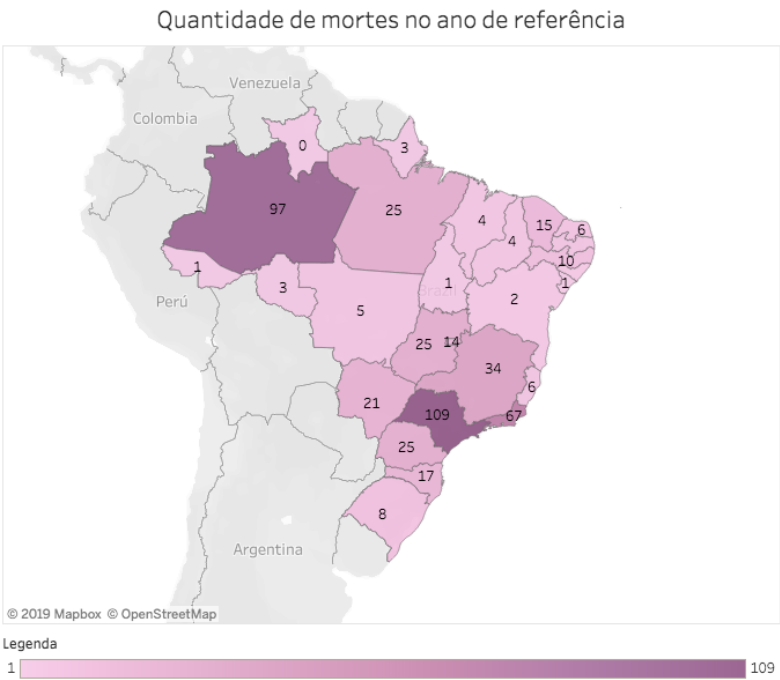
FIGURA 3. ACESSO AO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO - PARCERIAS



Fonte: CNMP. relatório Sistema Prisional em Números

A superlotação, somada à falta de ocupação e produtividade dos detentos, como mencionado anteriormente, estimula situações de violência que não cessam nos presídios do país como mostra o seguinte mapa e gráfico:

FIGURA 4. NÚMERO DE MORTES NO ÚLTIMO ANO



Em quantos estabelecimentos houve mortes no ano de referência?

Região	Não	Sim	Total general
CENTRO-OESTE	182	37	219
NORDESTE	260	37	297
NORTE	139	29	168
SUDESTE	379	114	493
SUL	162	31	193
Total general	1.122	248	1.370

Fonte: CNMP. relatório Sistema Prisional em Números

Tão diversos e significativos problemas enfrentados na questão carcerária, não só no Brasil quanto no mundo inteiro, exigem criatividade e soluções inovadoras que permitam aproximar cada vez mais a realidade prisional dos estamentos jurídicos estabelecidos universalmente e ao interior de cada país. A inovação nas políticas públicas encaminhadas para esta finalidade, podem comportar práticas da gestão privada, modelos de produção privados que já estão sendo implementados no mundo inteiro, como é o intuito deste artigo visibilizar. A relevância do presente trabalho refere-se à insuficiência de políticas públicas pensadas para a reintegração harmônica dos detentos na sociedade, como manda a lei e a ordem social.

Note-se no seguinte capítulo, além do mais, a necessidade de articulação de uma ampla rede de parcerias que incluem não só o setor público como também organizações do terceiro setor, do setor privado e a cidadania mesma para assegurar oportunidades de trabalho e profissionalização de detentos em cumprimento da pena. Isto em atenção a que o atendimento aos direitos desta população não pode ser garantido por uma área da política pública em particular.

Modelo de empreendedorismo social como alternativa para a ressocialização dos detentos

A reincidência, considerada academicamente como o retorno ao comportamento criminoso, é uma das medidas mais comuns para avaliar a capacidade da pena no que tange à ressocialização dos detentos (DUWE 2017). Muitos países têm transferido serviços do sistema prisional à iniciativa privada em diversas formas. Essa concessão ao privado pode-se encontrar na delegação de atividades relacionadas à ocupação e à produtividade do detento durante o cumprimento da pena, assim como à reintegração social e econômica do mesmo.

Várias iniciativas da região, impulsadas por alianças entre o governo, organismos multilaterais, bancos de desenvolvimento e o setor privado, aproximam-se entre si e abraçam inúmeras experiências úteis para o debate que este artigo pretende nutrir, à espera de que futuras iniciativas sejam criadas no Brasil para atender a crise carcerária e a decorrente ineficiência do sistema prisional, para atingir os objetivos pós-2015.

O processo para construir programas públicos bem-sucedidos no campo prisional não é trivial, ele responde a uma complexidade de conflitos, interesses e fenômenos que divergem de um país para outro, inclusive, de um município para outro. Não existe uma fórmula até hoje para encontrar um equilíbrio entre a segurança pública, a salvaguarda e reintegração do detento, além da necessidade de aumentar a eficiência, fazendo mais e melhores programas com orçamentos cada vez mais escassos e instáveis. Constate-se por conseguinte, a importância de implementar projetos que visem agregar no êxito do correto funcionamento das prisões e portanto, de seus ocupantes.

Inovação, cidades e instituições inteligentes, aplicação de tecnologia tornam-se expressões de comum utilização e importante abordagem nos últimos anos. Precisamente, essas questões estão fortemente relacionadas aos objetivos da Agenda 2030 para atingir um planeta igualitário, pacífico, inovador, inclusivo e demais. Surge então a necessidade dos governos e suas instituições adotarem a tão famosa questão da inteligência para formular novas políticas e programas voltados para garantir um desenvolvimento social e economicamente sustentável, inclusivo e

uma melhor qualidade de vida para seus cidadãos. O sistema prisional e a população carcerária mal podem constituir uma exceção nessa nova agenda dos governos, porquanto os detentos terão de sair da reclusão e integrar-se nessa sociedade globalizada, inovadora e inteligente.

Segundo Knight e Van de Steene,

“Innovation is a broad concept of which it's most simplified definition refers to a 'new' method, idea or product. However to get a better understanding of innovation most literature refers to what this process means in its context and how it has been developed. Before an idea can be claimed as innovative, different elements needs to be in place. The OECD defines innovation as ...”the implementation of a new or significantly improved product (good or service), or process, a new marketing method, or a new workplace organisation or external relation (OECD 2005) ”.

To be called an innovation, an idea must be replicable and must satisfy a specific need. Innovation is much more than an idea, it is the whole complex process of translating an idea or invention into a product or service that creates value. Innovation is therefore transformative which is capable of creating change. This can be revolutionary, gradual, disruptive or fragmented. The speed in which innovation occurs is dependent on how it is pushed into the organisation (...)¹⁵

Ainda segundo os mesmos autores, é preciso reconhecer que os serviços públicos, incluídos os serviços carcerários, são instáveis por conta dos reduzidos orçamentos e das influências políticas, situação que limita o potencial das iniciativas de inovação dos bens e serviços oferecidos, assim como a parceria com organizações não governamentais. Em razão do anterior, busca-se destacar a importância do engajamento público, dos *stakeholders* e da comunidade, quanto à iniciativa que pretenda ser implementada.

Segundo informações do SEBRAE,

“o empreendedorismo social é caracterizado pela criação de produtos e serviços que tem o foco principal na resolução, ou minimização, de problemas em áreas como educação, violência, saúde, alimentação, meio ambiente, etc. Mais do que obter o simples lucro, o objetivo destas empresas é gerar

¹⁵ Knight,V. and van de Steene, S. (2017) The Capacity and Capability of Digital Innovation in Prisons: Towards Smart Prisons. **Advancing Corrections**, 4, pp. 88-101. Disponível em: <https://idocslide.org/document/the-capacity-and-capability-of-digital-innovation-in-prisons-towards-smart-prisons>. Acesso em: 24 novembro de 2019.

transformação nas comunidades em que estão inseridas. O faturamento adquirido é investido em ações que possam aumentar o impacto e promover o bem-estar do público”¹⁶.

Para aterrisar o modelo de empreendedorismo social no Sistema Prisional Brasileiro, expõe-se como exemplos 3 projetos implementados na região, explicitamente no Chile, na Bolívia e no Paraguai, não sem antes reproduzir uma parte do artigo dos últimos autores mencionados que salienta, entre outras coisas, a importância de enxergar o detento como um ator ativo no campo da inovação nas prisões:

“Prisons willingness to innovate will depend on the way they will and can facilitate innovation as well as on their readiness and willingness to change to be able to adopt innovation. The choice to invest in innovative rehabilitation programmes and pull new idea’s and technologies into the organisation can be pushed by the need to reduce recidivism, work more efficiently and spend less money on incarceration.

(...) A smarter prison therefore should enable the development of services by which the prisoner has an active role and get the opportunities to choose and take decisions”¹⁷.

A idéia do empreendedorismo social é melhorar as taxas de reincidência, as condições de vida dos detentos e a reintegração desta população na sociedade, através de incentivos de micro empreendimentos produtivos com o propósito de (i) gerar produtividade e renda para os detentos em cumprimento das penas; e (ii) oferecer ferramentas que permitam aos egressos gerar renda em condições de legitimidade ao ganhar a liberdade. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, “*prevenir la reincidencia delictiva es un buen negocio para toda la sociedad*”¹⁸, pois evitar a comissão de delitos é mais econômico em termos de reparação das vítimas, apreensão, judicialização e encarceramento. Apoiar empreendimentos nas prisões pode, em conclusão, garantir menos vítimas, maior segurança pública, contribuir aos objetivos pós-2015 de inclusão, pacificação, e

¹⁶ SEBRAE. Empreendedorismo social: propósitos em equilíbrio com os negócios. Disponível em: <<https://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo-social/>> Acesso em: 16 de novembro de 2019.

¹⁷ Idem.

¹⁸ BID. Cuando 1 dólar reditúa 6: cuatro argumentos para invertir en reinserción social. Serrano-Berthet, Rodrigo. **Blog BID**, 2018. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/seguridad-ciudadana/es/hasta-luego-senor-hyde-4-argumentos-racionales-de-invertir-en-la-reinsercion-social/>>. Acesso em: Novembro 13 e 2019.

erradicação da pobreza, ao melhorar o processo de reintegração dos egressos na sociedade.

Apesar dos Estados Unidos liderar a lista de países com a maior população carcerária do mundo, o sistema prisional americano não enfrenta os mesmos problemas que aqueles do Brasil e da América Latina, razão pela qual, os casos aqui propostos para exposição se limitam a países mais similares ao Brasil em termos de condições e políticas públicas prisionais. Também, a violência é um fenômeno persistente nos países da região, inclusive, segundo o relatório da Anistia Internacional 2017/2018¹⁹ a América Latina é uma das regiões mais violentas do mundo. Uma das formas que os governos da região têm empreendido para responder ao crescente problema de violência é aumentar as medidas repressivas e intensificar as penas²⁰. Porém pouco têm avançado em políticas e programas para diminuir a reincidência e ocupar de forma produtiva os detentos.

O ideal dos empreendimentos sociais é que além de facilitar o acesso dos detentos a microcréditos e atividades produtivas, o trabalho seja complementado com apoio psicossocial para motivar a mudança comportamental dos detentos em prol da legitimidade e o emprego como fator constitutivo de um plano sólido e expansivo.

Em estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, 80% das mulheres reclusas em prisões do Chile manifestou que o que mais serviria para elas ao deixar a prisão seria acesso a algum micro empreendimento, pois constitui uma forma digna de gerar renda, que lhes permitiria trabalhar perto dos seus filhos e famílias. Atendendo tal manifestação, o Banco do Estado e o Ministério de Justiça do Chile, entre outros aliados, decidiram apoiar a iniciativa do BID que prometia um projeto inovador para a reintegração social das detentas. O programa *Capital Semilla* foi implementado em 2017 e seu impacto será medido ao finalizar o ano 2019, começa seis meses antes do cumprimento da pena das presas, que recebem capacitação em finanças básicas, empreendimento e emprego.

¹⁹ ANISTIA INTERNACIONAL. O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2017/2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

²⁰ Empresas sociales que transforman vidas dentro (y fuera) de la cárcel. CAVANNA, Javier. Revista Compromiso Empresarial. Disponível em: <https://www.compromisoempresarial.com/innovacion_social/2019/08/empresas-sociales-que-transforman-vidas-dentro-y-fuera-de-las-carceles/>. Acesso em: 27 de novembro de 2019.

Uma vez fora da prisão, a continuação do programa consiste em entregar um *Capital Semilla* para que as egressas invistam em equipamentos e insumos para o negócio que criaram nos passados seis meses, sob a capacitação e orientação dos *stakeholders*:

“El proyecto ofrece acompañamiento a las mujeres privadas de la libertad antes y después de salir de la cárcel mediante tres elementos principales: capacitación y apoyo financiero para crear su propio microemprendimiento, apoyo psicológico y emocional para ellas y su familia durante un año, y un apoyo especializado en la creación de su negocio.

El programa ha atendido **169 mujeres**; de las cuales se espera que 105 se mantenga dentro del programa; es decir, dos tercios de las mujeres atendidas, egresadas y trabajando al concluir el programa en septiembre 2019. En total **se habrán invertido 300.000 dólares** para el acompañamiento psicosocial y con talleres motivacionales y para la empleabilidad, la gestión de colocación laboral, la financiación del capital semilla de los emprendimientos e iniciativas de autoempleo, el diseño operativo y la evaluación de resultados. Al terminar los 24 meses, se analizará el desempeño del programa y se valorará su expansión a todo el sistema penitenciario chileno”²¹.

No intuito de formular projetos mais inovadores, justos, reparadores, humanos e inclusivos, a DIS- Direção de Inovação Social- da CAF –Banco de Desarrollo de América Latina- decidiu implementar um modelo de empresa social no Centro Penitenciário de Obrajes (La Paz, Bolívia), um antigo mosteiro convertido em um centro de reclusão feminino, a fim de contribuir para a reintegração social dos presos e egressos.

Na Bolívia, a ocupação carcerária está ao redor do 200% e a principal causa de reclusão são pequenos roubos e micro tráfico de drogas, segundo informações da Direção Geral do Regime Penitenciário da Bolívia²². As condições de vida nas prisões são dramáticas, nelas residem presos de todas as categorias sem distinção de tratamento.

²¹BID. Microcréditos: Una Llave para la libertad. Disponível em:

<<https://www.iadb.org/es/mejorandovidas/microcreditos-carceles>> . Acesso em: 5 de novembro de 2019.

²² CAF. Cavanna, J. M. (2019). Modelo de empresa social al interior de centros penitenciários: productividad y bienestar. Caracas: CAF. **Scioteca**. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1496>>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

A CAF se propus desenvolver, com ajuda de organizações experientes na gestão de projetos carcerários, desenvolver atividades produtivas com mulheres presas, com o qual a temática da reintegração desta população seria abordada desde duas óticas, uma empresarial e outra de bem-estar.

“El 24 de julio del 2014 se firmó un convenio interinstitucional entre la Dirección General de Régimen Penitenciario, SEVIDA y la DIS, con el objetivo de generar una alianza estratégica entre las organizaciones para llevar a cabo el Proyecto Pan de Libertad, cuyas acciones estaban destinadas a la rehabilitación, reinserción social y mejoramiento de las condiciones de vida de las mujeres del COF. El objetivo del proyecto era crear una empresa de carácter social, formada por las propias mujeres, y a la que, eventualmente, se podrían sumar sus familiares, dentro y fuera del recinto de Obrajes, y a través de la cual se pudiera generar un equilibrio entre productividad y bienestar.”²³

A fase inicial do projeto teve por intuito reconhecer as debilidades, necessidades, expectativas, habilidades, recursos econômicos e materiais e o nível de compromisso das presas do Centro Penitenciário de Obrajes, para assim orientar o projeto e garantir um correto empoderamento de quem seriam as protagonistas de um piloto para a reinserção social e laboral de detentos. Sabendo que a ideia era formar microempresárias, a CAF optou por incluir outros atores chave no projeto, com experiência no desenvolvimento de projetos empresariais e de emprego. Se somaram a Fundación Nuevo Norte, a Fundación Innovación en Empresariado Social (IES) e a Asociación Enda El Alto²⁴.

Em um segundo momento, foram desenhadas as atividades do micro empreendimento *Pan de Libertad*, seguindo as instruções e restrições do centro penitenciário. Dentro de um espaço inutilizado foi adequado o atelier de padaria, com doações e recursos do Banco Mercantil Santa Cruz. Os produtos eram vendidos inicialmente aos familiares e amigos nas visitas sociais. Cabe salientar um eixo importante do projeto: o lucro derivado das atividades produtivas do micro empreendimento é destinado, em parte a cobrir o salário das reclusas e egressas

²³ CAF. Cavanna, J. M. (2019). Modelo de empresa social al interior de centros penitenciários: productividad y bienestar pg 34. Caracas: CAF. **Scioteca**. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1496>>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

²⁴ CAF. Cavanna, J. M. (2019). Modelo de empresa social al interior de centros penitenciários: productividad y bienestar. Caracas: CAF. **Scioteca**. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1496>>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

envolvidas e de outro lado a desenvolver programas educativos e de saúde ao interior da prisão²⁵.

Atualmente, 6 das 400 mulheres trabalham na padaria e o empreendimento conta com comercialização externa à prisão e um sistema de venda ambulante em bicicletas conduzidas pelos filhos das detentas, que recebem uma comissão pela venda dos produtos²⁶.

Tendo como referência o sucesso do programa *Pan de Libertad*, a então Ministra da Justiça do Paraguai teria intenção de replicar no seu país um programa similar, pois no Ministério teria sido aprovada uma política de reabilitação e reinserção de detentos. A CAF, a Fundação Princesa Diana de Francia –FPDF– iniciaram uma primeira aliança, aproveitando a experiência da fundação no Centro Penitenciário Buen Pastor, em Assunção. Porém, seria necessário incluir perfis mais técnicos, com um viés empresarial. Surgiu a ideia de ampliar a aliança para duas empresárias reconhecidas nacionalmente, uma do setor de serviços e a outra do campo da moda²⁷.

Juntos, em 2016, empreenderam o programa Bordando Esperança, e a decorrente marca penitenciária *Muã*. Com o mesmo intuito de promover a sã reintegração das detentas e a humanização da cadeia através do trabalho, nasceu a empresa social colaborativa no presídio do Buen Pastor. Ali trabalham aproximadamente 25 das 500 detentas, que produzem têxteis em um ambiente que simula condições trabalhistas de uma empresa convencional e com exigências de qualidade e disciplina copiadas do setor privado. Para organizar as finanças da microempresa, foi criado um *Bankomunal* onde é depositada uma porcentagem da arrecadação da produção dos bens que comercializam, uma espécie de fundo social de investimento para melhorar a qualidade de vida na prisão²⁸.

“Nuestro primer objetivo fue organizarlas, convencerlas para que trabajasen en equipo; cosa difícil, porque, aunque viven juntas, la cárcel es un lugar muy individualista, en el que hay que luchar para sobrevivir.

(...)

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

El fin del proyecto, sin embargo, no consistía exclusivamente en generar ingresos, sino en formar a las internas para reintegrarlas en forma definitiva en la sociedad, convertirlas en auténticas empresarias, con capacidad de iniciativa y decisión para marcar el rumbo de sus actividades. Por eso se procuró contar con todas las internas, evitando cualquier tipo de discriminación.

(...)

Un elemento clave del proyecto era formar a las internas para que fuesen asumiendo gradualmente la dirección del emprendimiento y fueran las responsables de decidir acerca de las actividades del taller y el destino de los excedentes.²⁹»

A marca paraguaia penitenciária tem participado na *Fashion Week de Malasia* e continua explorando alternativas de produtividade para as detentas.

²⁹CAF. Cavanna, J. M. (2019). Modelo de empresa social al interior de centros penitenciarios: productividad y bienestar, pg 57-61. Caracas: CAF. **Scioteca**. Disponible em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1496>>. Aceso em: 25 de novembro de 2019.

Conclusão e recomendações

As teorias, estudos e experiências apresentados no presente trabalho oferecem de forma sucinta uma perspectiva das ações lideradas por governos, *policy makers*, organizações privadas e multilaterais, no objetivo de organizar e capacitar detentos e egressos para sua reintegração social e econômica.

Constituição Federal, Leis federais e movimentos internacionais como a Agenda 2030 marcam a necessidade de incluir o Sistema Prisional Brasileiro nas políticas públicas inovadoras que buscam territórios pacíficos, institucionalmente sólidos, igualitários, sem pobreza, inclusivos e justos para os cidadãos. Isto tudo pode ser atingido em grande medida através do trabalho e empreendedorismo social ao interior das prisões.

O encarceramento em massa e a decorrente superlotação das prisões no Brasil é evidente e continua aumentando apesar das pesquisas que demonstram que recluir criminosos em centros penitenciários e privá-los da sua liberdade não os torna, por si só, menos propensos a reincidir em condutas ilícitas.

Ao formular políticas públicas, as autoridades devem ter a responsabilidade e a preocupação de que os presidiários retornarão à sociedade reabilitados, mais produtivos, conscientes de que existem oportunidades legítimas para manter condições de vida dignas e capacitados para empreender um novo caminho, provavelmente fazendo parte de um projeto iniciado desde a prisão. Disto depende que a grande população reclusa em prisões pelo território brasileiro, agreguem ou não aos objetivos de desenvolvimento econômico e social na nação.

Este artigo, como foi afirmado anteriormente, tem a intenção de dar visibilidade às práticas de empreendedorismo social que vêm sendo implementadas ao redor do mundo. Para os formuladores de políticas, os casos aqui expostos devem inspirar uma vontade de mudança e de humanização do processo de reintegração de infratores à sociedade.

Porém, não é preciso só de vontade política, a comunidade é também chamada a fazer parte de tal mudança. A intenção é o entendimento de que

ex-detentos não podem ser discriminados nem abandonados à luz das políticas públicas sociais, prisionais e de trabalho deve ser coletiva.

Por fim, pretende-se colocar uma luz sobre a questão orçamentária, pois, o investimento de recursos para a manutenção das prisões não está considerando no Brasil, com suficiente importância, a necessidade de criar e fazer seguimento a programas de reintegração social e econômica de egressos e de prevenção de reincidência. Lembrando que o objetivo da Lei de Execução Penal é fazer com que o infrator cumpra uma pena e que ao cumpri-la, tenha oportunidades de reinserir-se legitimamente na sociedade.

Chega-se à conclusão de que é imprescindível a abertura para projetos inovadores em matéria prisional, dentre os quais foi ressaltado neste artigo o investimento em empreendedorismo social carcerário.

Referencias

ANISTIA INTERNACIONAL. O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2017/2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

BID. Cuándo 1 dólar reditúa 6: cuatro argumentos para invertir en reinserción social. Serrano-Berthet, Rodigro. Blog BID, 2018. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/seguridad-ciudadana/es/hasta-luego-senor-hyde-4-argumentos-racionales-de-invertir-en-la-reinsercion-social/>. Acesso em: Novembro 13 e 2019.

BID. Microcréditos: Una Llave para la libertad. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/mejorandovidas/microcreditos-carceles> . Acesso em: 5 de novembro de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

CAF. Cavanna, J. M. (2019). Modelo de empresa social al interior de centros penitenciários: productividad y bienestar. Caracas: CAF. **Scioteca**. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1496>>. Aceso em: 25 de novembro de 2019.

CAMPOS, Lidiany Mendes; SANTOS, Nivaldo dos. O crime organizado e as prisões no Brasil. Congresso Nacional do CONPEDI: Fortaleza – CE, 2007. Anais do / XIV Congresso Nacional do **CONPEDI**. – Florianópolis, p. 489-490. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/O%20Crime%20Organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil\(1\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/O%20Crime%20Organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil(1).pdf)>. Acesso em 1 de novembro de 2019.

CNJ. Relatório de Gestão - Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – de 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/10/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em 17 de novembro de 2019.

CNJ. Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em: novembro 20 de 2019.

CNMP. Direito à Profissionalização e trabalho protegido Subsídios para a Atuação do Ministério Público na promoção do Acesso de Adolescentes e Jovens a Programas de Aprendizagem e Cursos de Qualificação Profissional / Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília 2019. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/PROFISSIONALIZA%C3%87%C3%83O_E_TRABALHO_PROTEGIDO_CNMP.pdf>. Acesso em novembro 2 de 2019.

CNMP. Relatório Sistema Prisional em Números. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>>

CNMP. Tavares, Glauca. A Crise do Sistema Penitenciário Brasileiro e o Estado de Coisas Inconstitucional. Conselho Nacional do Ministério Público. **Revista A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro**, p 166-184. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2018/SISTEMA_PRISIONAL_3.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

Cullen, F. T., Jonson, C. L., & Nagin, D. S. (2011). Prisons Do Not Reduce Recidivism: The High Cost of Ignoring Science. **The Prison Journal**, 91 (3_suppl), 48S-65S. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0032885511415224#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

Employment Pathways: How Former Offenders Navigate to Employment Breanne Pleggenkuhle, Alaina Bearsby Steele and Elle Gray Teshima. **Journal of Qualitative Criminal Justice & Criminology (JQCJC)** vol 5 n. 2. 2017 p. 195-226 <<https://www.jqcjc.org/documents/v5i2.pdf>> Acesso em: 15 de novembro de 2019.

Empresas sociales que transforman vidas dentro (y fuera) de la cárcel. CAVANNA, Javier. Revista Compromiso Empresarial. Disponível em: <https://www.compromisoempresarial.com/innovacion_social/2019/08/empresas-sociales-que-transforman-vidas-dentro-y-fuera-de-las-carceles/>. Acesso em: 27 de novembro de 2019.

Friede, Reis. As prisões brasileiras e a condição humana do encarcerado. Revista Interdisciplinar de Direito Faculdade de Direito de Valença v. 17, n. 1, pp.215-230 (2019). Disponível em: <<http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/755/573>> Acesso em: 25 de novembro de 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2019. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/326447#112d79>> Acesso em: 27 de novembro de 2019.

IES. SILES, Catalina. Prólogo. Los Invisibles. Por qué la pobreza y la exclusión social dejaron de ser prioridad? (2016). Disponível em: <<https://www.ieschile.cl/wp-content/uploads/2015/10/Los-invisibles.prologo.pdf>> Acesso em 23 de novembro de 2019.

Knight,V. and van de Steene, S. (2017) The Capacity and Capability of Digital Innovation in Prisons: Towards Smart Prisons. **Advancing Corrections**, 4, pp. 88-101. Disponível em: <https://idocslide.org/document/the-capacity-and-capability-of-digital-innovation-in-prisons-towards-smart-prisons>. Acesso em: 24 novembro de 2019.

Mi Oportunidad – Panamá y su nuevo modelo de rehabilitación para jóvenes privados de libertad. 23 Noviembre, **IADB** 2015. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/administracion-publica/es/mi-oportunidad-panama-y-su-nuevo-modelo-de-rehabilitacion-para-jovenes-privados-de-libertad/>> Acesso em: 24 novembro de 2019.

National Institute of Justice. DUWE, Grant. The Use and Impact of Correctional Programming for Inmates on Pre- and Post-Release Outcomes. **Office of Justice Programs**. Disponível em: < <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/250476.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

NEW YORK UNIVERSITY LAW SCHOOL. Holzer, H; Raphael, S.; Stoll, M. Urban Institute Reentry Roundtable Discussion Paper. Employment Dimensions of Reentry: Understanding the Nexus between Prisoner Reentry and Work May (2003). Disponível em: <<https://www.urban.org/sites/default/files/publication/59416/410855-Employment-Barriers-Facing-Ex-Offenders.PDF>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

ONU. Brasil tem segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, diz relatório da ONU Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-america-do-sul-diz-relatorio-da-onu/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em 10 de novembro de 2019.

PNUD. Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014 Seguridad Ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDH-AL%20Informe%20completo.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

PNUD. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe (2016). Disponível em: <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human_development/informe-regional-sobre-desarrollo-humano-para-america-latina-y-e.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

Rehabilitation in the Punitive Era: The Gap Between Rhetoric and Reality in U.S. Prison Programs. Michelle S. Phelps. Law & Society Review, Volume 45, Number 1 (2011) 2011 Law and Society Association. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1540-5893.2011.00427.x>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

S.D. Bushway, R. Apel. A signaling perspective on employment-based reentry programming. Criminology and Public Policy (2012). Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2012.00786.x>>. Acesso em: 16 de novembro de 2019.

SEBRAE. Empreendedorismo social: propósitos em equilíbrio com os negócios. Disponível em: <<https://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo-social/>> Acesso em: 16 de novembro de 2019.

Skardhamar, T. & Telle, K. J Quant Criminol (2012) 28: 629. <<https://doi.org/10.1007/s10940-012-9166-x>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

Supremo Tribunal Federal. ADPF 347 MC/DF. Sistema carcerário: estado de coisas inconstitucional e violação a direito fundamental. Informativo 798. Distrito Federal. Relator: Ministro Marco Aurélio, julgamento em 09.09.2015. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

United Nations Office On Drugs And Crime. Vienna. Global Study On Homicide: extent, patterns, trends and criminal justice response. 2019. Disponível em <https://www.google.com/search?q=United+Nations+Office+On+Drugs+And+Crime.+Vienna.+Global+Study+On+Homicide%3A+extent%2C+patterns%2C+trends+and+criminal+justice+response.+2019&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR865BR865&oq=United+Nations+Office+On+Drugs+And+Crime.+Vienna.+Global+Study+On+Homicide%3A+extent%2C+patterns%2C+trends+and+criminal+justice+response.+2019&aqs=chrome..69i57j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

Visher, Christy A., Debus-Sherrill, Sara A. and Yahner, Jennifer (2010) 'Employment After Prison: A Longitudinal Study of Former Prisoners', Justice Quarterly, First published on: 10 December 2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07418825.2010.535553>>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.